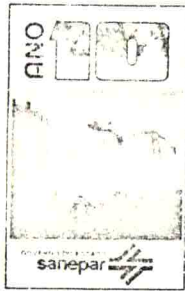


companhia de saneamento do paran /sanepar
rua engenheiros rebou as, 1376/curitiba/paran 

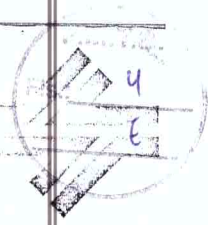
3

COC-85/74



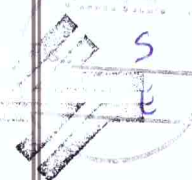
Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e reco o de esgotos sanitários, que entre si fazer a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Municipal de TELÊMACO BOBBA, conforme adiante se declara :

Nesta data, compareceram, de um lado, o Município de TELÊMACO BOBBA, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  291/73, de 30/11/73, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Eng  Mário Brandalise, por seu Diretor Financeiro, Eng  Napoleão de Araújo, para firmar o presente Contrato de Concessão nas condi es expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido   SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23/01/63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e reco o de esgotos sanitários do Município de TELÊMACO BOBBA, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato, são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete   CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas   constru o, aplica o ou moderniza o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos convênios celebrados para os fins do item a, entre o Município e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as cotas dos serviços que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSIONÁRIA, competência para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equil rio econ mico e financeiro do sistema explorado nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNE, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 174 da Constitui o Federal. QUARTA:   vedado   CONCESSIONÁRIA pleitear isen o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os aumentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que



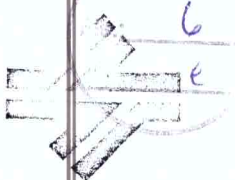
em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá à CONCEDENTE, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo ENM. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado facultar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o ônus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: A participação da CONCEDENTE de que trata esta cláusula, fixada em 25%, será feita com o acervo patrimonial líquido do MUNICÍPIO/SAAE de TELÊMACO BOPRA, compreendendo: a) sistema de abastecimento de água: Cr\$ 3 640 370,07 (três milhões, seis centos e quarenta e nove mil, trezentos e setenta cruzeiros e sete centavos), ou seja, nesta data, 43 594,076 UPC; b) sistema de esgotos sanitários: Cr\$ 622 800,00 (seiscentos e vinte e dois mil e oitocentos cruzeiros), correspondendo, nesta data, a 7 438,104 UPC. importante o referido acervo patrimonial em Cr\$ 4 272 170,07 (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta cruzeiros e sete centavos). PARÁGRAFO PRIMEIRO: (A CONCEDENTE participará do capital social da CONCESSIONÁRIA com a subscrição integralizada de valor de Cr\$ 4 272 170,07 (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta cruzeiros e sete centavos). PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE somente será chamada a participar em futuras obras quando o valor total de investimento atingir: I - Sistema de água: Cr\$ 14 507 480,28 (quatorze milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros e vinte e oito centavos); nas obras do sistema de esgotos sanitários, estimado em 150 000,000 UPC.

Handwritten signatures and initials.



ou seja, Cr\$ 10 884 900,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta e qua-
tro mil e novecentos cruzeiros), a CONCEDENTE participar  em 36
(trinta e seis) parcelas mensais, sendo que as primeiras serão re-
presentadas pelo patrimon o líquido do sistema de esgoto sanitário
de TELÊMACO BOESA, avaliado em Cr\$ 622 800,00 (seiscentos e vinte e
dois mil e oitocentos cruzeiros). PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de
bens e direitos aludidos no parágrafo segundo, o valor dos resros
será fixado por avalia o na forma do Decreto Lei n  2627, de 26 de
setembro de 1940 (Lei das Sociedades por A es). PARÁGRAFO QUARTO:
Dentro de 90 (noventa) dias da assinatura do presente contrato, se-
r  procedida avalia o do sistema de abastecimento de água do Dis-
trito de INBA , mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA PRIMEI-
RA: Se no decorrer da Concessão, houver interesse das partes na exe-
cu o das obras de remo o de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se com-
promete a participar com um percentual a ser definido, mediante as-
sinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assina-
ra do presente contrato, o Poder Executivo outorgará procura o  
Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposi-
 es do artigo 3  da Lei de Concessão. DÉCIMA TERCEIRA: Será de
responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas
por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sani-
t rios utilizados pela CONCEDENTE, ou de sua responsabilidade. D CI-
MA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrup-
 o de fornecimento dos serviços de água e remo o de esgotos sani-
t rios motivada por força maior, como greves, inunda es, acidentes
incêndio, cora es públicas, guerras, etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCES-
SION RIA manter  constantemente estudos, visando o aprimoramento e
a prograra o das obras de instala o e de amplia o dos serviços
públicos concedidos dentro de sua política de a o. DÉCIMA SEXTA:
Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclare-
cimentos quanto ao prograra de a o em prática na área atendida pe-
la CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA:
A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos,
freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede públi-
ca de distribui o de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar
as referidas fontes de abastecimento ser o direito dos proprietà-
rios ou usuários reclamarem qualquer indeniza o. PARÁGRAFO ÚNICO:
Fica desde já estabelecido que as disposi es desta cláusula serão
te serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA pos-
suir condi es técnicas para atender os usuários abastecidos por
poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar

Strainy *MB*



o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do irvel ultrapassar trinta dias de vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento. DECIMA NONA: Ocorre o caso de não prorrogao do prazo de concessão prevista na cláusula primeira ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários será transferido ao patrimnio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participao do Município. VIGESIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizao de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGESIMA PRIMEIRA: Este contrato terá sua vigência a partir desta data, condicionado o início de operao ao dia 1 de julho de 1974 e também ao encerramento das atividades da atual CONCESSIONÁRIA do serviço, com integral pagamento e indenizao de seus credores, quer preferenciais, quer quirografários. PARÁGRAFO UNICO A CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, será considerada sucessora do SAAE de TELÊMACO BORDA. VIGESIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais derivadas deste instrumento, renunciando, as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 18 de junho de 1974

M. Brandalise

Dinizar Ribas de Carvalho

ENGE MÁRIO BRANALISE
Diretor Presidente da SANEPAR

DINIZAR RIBAS DE CARVALHO
Prefeito Municipal de TELÊMACO BORDA

Edson A. Araujo
ENGE EDSON ARAUJO
Diretor Financeiro da SANEPAR

Reconheço as firmas MÁRIO BRAN
DALISE, ARAUJO DE
ARAUJO, E DINIZAR RIBAS
DE CARVALHO

Testemunhas:

Curitiba, 19 de Junho de 1974
Em test...

